

ARRENDAMENTO DE TERRAS INDIGENAS, AVANÇO OU RETROCESSO!??

À RODRIGO MAIA.

Em memória do saudoso Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, considerando sua relevante dedicação e amor à causa indígena, digo que o presente instrumento fundamenta seu legado de cuidado e recomendações sobre as Nações Indígenas, principalmente com relação às terras, tal qual de um pai para seus filhos, recomendações que deixou antes de sua partida para sempre, como era sabido por todos, e com esmero procuro fazê-lo, nos moldes como que ele faria, caso estivesse entre nós.

Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente da Câmara dos Deputados.

Com o devido respeito e acatamento venho à Vossa Excelência, no intuito de sensibilizá-lo, rogando sua atenção aos fatos intolerantes que ora nós povos indígenas brasileiros estamos passando.

É de conhecimento de todos, que os problemas que mais afligem nós indígenas neste plano, é a questão relacionada a terra, vez que atualmente esta sendo alvo de negociação pelo atual governo, no intuito de garantir sua permanência no poder, vem permitindo que a bancada ruralista, mediante Medidas Provisórias, satisfazendo suas ambições, utilizando as terras indígenas, com suas fosses.

Passamos a poucos meses por uma lide ligada a PEC 215, onde o Governo, como uma onça com fome, buscou aprovação da mesma, sendo o principal objetivo, estabelecer o marco temporal a partir da Constituição de 1988, e sobre o renitente esbulho, observem que estão sendo usadas forças políticas contra um povo explorado, digamos em tudo e por todos, atos que desviam o sentido da democracia, vez que buscam conduzir nosso destino, determinando rumos e sentido que desencadeiam graves consequências as nossa futuras gerações.

Notasse que o cenário político Nacional vem decifrando a olhos nus que, Verdadeiramente o Brasil está desgovernado, digo isso não só em foco a causa indígena, mas em favor todos os brasileiros!

Sem consciência os corruptos são fortalecidos e não punidos, avançam descaracterizando os atuais governantes, de um governo de postura.

Dentre as minorias, que são maioria, estamos nós indígenas, povo que aos poucos o governo vem abatendo nossos direitos, tudo em busca

Secretaria-Geral da Mesa SERPRO 18/Dez/2017 17:45
Pontos: 4553
Ass.: Menezes
Ort: 1990
Pres.

2017/10
[Handwritten signature]

da riqueza que ainda nos resta, as terras, alias por tudo somos foco, com o vem acontecendo a 517 anos, no entanto, digo em alto e bom tom, "senhores, nossas bonequinhas não são mais de sabugo de milho", atualmente somos um povo que vem se organizando, não podendo continuar permitindo que nossas terras sejam tratadas como objeto de negociata, afim de garantir a permanência de um governo sem representatividade, que entrou pelas portas do fundo!

Devo bradar que somos Rondonianos, e seu legado nos mantem senhores de nossos direitos, que vem sendo fundado em leis Constitucionais desde a carta Regia de 1611 e da Constituição de 1934, essas que ainda que desnecessariamente consideramos marco temporal.

Agora, após uma derrota do Governo junto ao STF, relacionado a PEC 215, vem ele novamente buscar uma forma de usar e abusar de nossas terras, como se dele fosse, levando ao Congresso Nacional, projeto de Medida Provisória, que venha a possibilitar o arrendamento de nossas terras.

Ora senhores, antes mesmo do Governo ter encaminhado a projeto de MP ao Congresso Nacional, buscando legitimação de arrendamento de nossas terras, deveria ter nos consultado sobre, pois, não tivemos boas experiências sobre arrendamento de terras no passado, ademais, estamos procurando dar efetividade às leis que nos garantem nossa terra, apesar de acreditar ser ridículo, tal pleito, já que as terras são tradicionalmente e originariamente nossas.

Tenho a dizer sobre o assunto, que nossas terras, estão sendo exploradas sem qualquer arrendamento desde a chegada dos Portugueses, e o governo vem tentando antes pela PEC 215 agora pelo projeto da MP autorizando o arrendamento, vemos que ainda estão tentando nos retirar o pouco que nos resta. Mediante ao preconizado, temos que considerar que os não índios políticos são ardilosos, e sinceramente temos medo de que um ato governamental de tamanha relevância que autoriza a exploração das terras indígenas, seja uma arapuca, com normas escondidas capazes de levar a extinção gradativa de nosso povo.

Devo considerar que sou índia da tribo terena, tribo amoldada à realidade Nacional, pois somos aculturados, e me preocupo não só com nossas terras, mas principalmente com as terras de nossos irmãos indígenas não integrados e em vias de integração, pois caso venha a ser aprovada a MP, as regras de referido arrendamento terão que se amoldar aos interesses das comunidades indígenas, considerando que cada comunidade tem um cenário, devendo serem respeitadas, o que poderá ocorrer através de consulta com o cacique que é representante da comunidade, bem como estudos de impacto cultural e ecológico, referidos procedimentos, são o mínimo que os governantes poderão fazer.

Arrendamento este que devera atender a todas as regras de um contrato baseado e fundado na legislação em vigor, devendo referidos arrendamentos, somente serem permitidos em terras já demarcadas, sendo esse, critério primário permissivo de arrendamento. Ainda que todos os frutos sejam convertidos em sua integralidade em favor das comunidades atingidas por referido contrato, conforme determina o art. 231, § 2º da CF, onde garante o usufruto das terras pelos indígenas ocupada, e não convertido em favor das comunidades apenas migalhas.

Devo ainda enfatizar que estamos emanando SOS, SOS para a demarcação urgentíssima de terras indígenas, pois tememos reações sanguinárias, como tivemos exposições contra o povo WAIMIRI ATROARI, onde em 1960 foram praticamente dizimados por equívocos de condutas da SPI e posteriormente da FUNAI, face a forma estabelecida para inseri-los na sociedade dominante, povo que já havia sofrido praticamente contato hostil por forças Militares Coloniais, tudo em busca da riqueza de suas terras.

No intuito de evitar referidas atitudes governamentais prejudiciais a sociedade indígena brasileira como um todo, queremos participar no plenário emanando opiniões não só referente a terras indígenas, mas também a respeito do destino de nosso povo.

Pois a situação que nos encontramos, nos causa preocupação, sinto o dever de pleitear vagas para profissionais indígenas formados na comissão de direitos humanos da ONU, para que estes busquem defender nossos direitos. Temos recursos humanos para tanto, profissionais como médicos, advogados, engenheiros etc... Que já trabalharam como voluntários pelo nosso povo.

Sugiro a criação urgente de uma lei capaz de regular as questões relacionadas a arrendamentos de terras indígenas, principalmente das terras do Parque Nacional do Xingu e dos meus irmãos ainda isolado, estes, foco da ambição. Digo isso tendo em vista experiências previas, que não foram boas para nós aldeados, isso nos anos 30, vez que quando alguns não índios entraram e ainda permanecem até nos dias de hoje, e os que saíram, ainda receberam indenizações deixando, além de terem deixado um rastro de morte violências, estupros, mão de obra escrava, dizimação de famílias...etc, ou seja exploração total.

Voltando ao caso dos isolados, considero um crime, uma violência, um abuso de poder aos direitos humanos dos povos indígenas, quando falamos em arrendamento de suas terras, o que queremos é apenas respeito as nossa origem, somos seres humanos e nossos direitos devem ser contemplados pela democracia, onde assenta a soberania dos brasileiros.

O Chão que pisamos esta manchado de sangue e enxugado de lágrimas indígenas pertencente a uma nação forte e guerreira, onde muitos morreram e alguns ainda resistem defendendo nossas terras. A terra **de fato** é nossa, não do governo, que esta querendo dar continuidade ao massacre das nações indígenas dessa pátria, dessa vez não somente a terra será manchada, mas também a Bandeira Nacional.

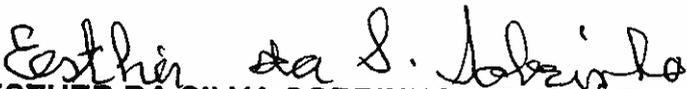
Permitir o arrendamento de nossas terras, sem nos ouvir é um afronte aos preceitos fundamentais da DEMOCRACIA, é isso o que queremos? Pois caso ocorra, estaremos exibindo o símbolo e as consequências do desgoverno!

Devo considerar que o presente texto não tem qualquer cunho político, apenas a exposição de revolta por atos governamentais que estão sempre buscando nos dizimar de vez do seio desta Nação.

Nosso clamor, é para que o governo primeiro regularize a demarcação de terras indígenas, pois só assim poderá pensar em regularizar o arrendamento, por desdobro logico.

Texto idealizado por ESTHER DA SILVA SOBRINHO, técnica indigenista aposentada da FUNAI (FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO), acima de tudo, índia terena de nome PAYAKÉ, hoje com 85 anos de idade, porém, totalmente militante ativista dos direitos dos povos indígenas desta NAÇÃO.

Bauru, 11 de dezembro de 2017.


ESTHER DA SILVA SOBRINHO (PAYAKÉ TERENA)
RG N. 5.704.270-6
ID. FUNCIONAL N. 1.679

COLABORADORES:

- 1 - Ricardo Manoel Sobrinho (terena)
Advogado

- 2 - Ricardo Baraviera Sobrinho (terena)
Técnico em informática

- 3- Karem Baraviera de Souza Sobrinho
Pedagoga (descendente de kariri xoco)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Expediente da Senhora Esther da Silva Sobrinho, protocolado no dia 18/12/2017, às 17h45. Manifesto requerendo a regularização na demarcação de terras indígenas antes que se regularize o arrendamento das mesmas.

Em 30/1/2018.

Encaminhe-se, por cópia, à Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição n. 215/2000. Publique-se. Arquive-se.


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 77082 - 1